Maxi educa

500 QUESTÕES

TRT-4

TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA



- CADERNO DE TREINAMENTO
- QUESTÕES GABARITADAS
- DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

TRT-4

500 Questões Gabaritadas

Técnico Judiciário – Área Administrativa

LÍNGUA PORTUGUESA
QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **37**

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO
QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **17**

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO
QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **18**

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS
QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **19**

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **16**

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL
QUESTÕES..... **1**
GABARITO..... **20**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 17

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 17

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 20

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 21

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2025)

Considere o texto abaixo para responder a questão.

Em O fim da teoria, Chris Anderson afirma que quantidades inimagináveis de dados (o Big Data) tornariam as teorias completamente obsoletas: “Hoje, empresas que cresceram em uma era de dados massivamente abundantes não precisam se contentar com modelos errados. Na verdade, elas não precisam mais se contentar com modelos”. A psicologia ou sociologia orientada por dados torna possível prever e controlar com precisão o comportamento humano. As teorias estão sendo substituídas por dados diretos.

O Big Data, na verdade, não explica nada. Apenas revela correlações entre as coisas. Mas as correlações são a forma mais primitiva de conhecimento. Nada é compreendido nas correlações. O Big Data não é capaz de explicar por que as coisas se comportam da maneira como se comportam. Não são estabelecidas conexões causais nem conceituais.

A teoria como narração cria uma ordem de coisas, relacionando-as umas com as outras e explicando por que elas se comportam da maneira como se comportam. Em contraste com o Big Data, ela nos oferece a forma mais elevada de conhecimento, qual seja, a compreensão. O Big Data, por outro lado, é totalmente aberto.

A teoria na forma de desfecho prende as coisas em uma estrutura conceitual e as toma, com isso, apreensíveis O fim da teoria significa, em última instância, dizer adeus ao conceito como espírito. A inteligência artificial funciona muito bem sem o conceito. Inteligência não é espírito. Somente o espírito é capaz de uma nova ordem das |coisas, de uma nova narração. A inteligência calcula. O espírito, todavia, narra. Em um mundo saturado de dados e informações, a capacidade de narrar se atrofia. Com isso, a construção de teorias se torna algo mais raro, até mesmo arriscado.

A inteligência artificial não pode pensar porque não pode se apaixonar, porque não é capaz de uma narração apaixonada. Os diálogos de Platão já deixam claro que a filosofia é uma narração. A filosofia como ciência renega seu caráter narrativo originário. Ela se priva de sua linguagem. Emudece. Assim, a atual crise da narração também está se apoderando da filosofia e lhe pondo um fim.

No instante em que a filosofia reivindica ser uma ciência, ser uma ciência exata, seu declínio começa.

(HAN, Byung-Chul. ***A crise da narração.*** *Trad. Daniel Guilhermino. Petrópolis: Editora Vozes, edição digital, 2023)*

O adjetivo formado a partir de um prefixo de negação está sublinhado em:

(A) quantidades inimagináveis de dados.

(B) Apenas revela correlações entre as coisas.

(C) tomariam as teorias completamente obsoletas.

(D) empresas que cresceram em uma era de dados massivamente abundantes.

(E) O fim da teoria significa, em última instância, dizer adeus ao conceito como espírito.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2024)

A tabela abaixo apresenta um conjunto de dados, com intervalos de classes e frequências absolutas por intervalo, que demonstram os pesos das pessoas que deram entrada, numa única noite, em um posto de saúde público.

I	peso (kg)	fi
1	40 ⊢ 44	11
2	44 ⊢ 48	5
3	48 ⊢ 52	3
4	52 ⊢ 56	8
5	56⊢ 60	12
6	60 ⊢ 64	1
7	64 ⊢ 68	9
8	68 ⊢ 72	6
9	72 ⊢ 76	10
10	76 ⊢ 80	7
	Σ	72

Para esse caso, a Moda Bruta é de:

(A) 58 kg.

(B) 64 kg.

(C) 56,4 kg.

(D) 60,6 kg.

(E) 70 kg.

2. (FCC - 2024)

A Tabela a seguir demonstra uma série de dados não agrupados que representam o total de faltas no trabalho, por mês, com atestado médico:

Faltas no trabalho por mês em 2023											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	**nov**	**dez**
10	10	2	3	4	8	5	2	4	1	1	10

Sendo assim, a Frequência Relativa de 10 faltas é de:

(A) 20%.

(B) 25%.

(C) 10%.

(D) 30%.

(E) 12%.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2026)

A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece diretrizes para a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, considerando aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais e institucionais. Um tribunal pretende reformular seu modelo de gestão para atender às disposições dessa norma, incorporando práticas de responsabilidade socioambiental e aperfeiçoamento dos serviços públicos. Considerando o art. 2º da referida Resolução, assinale a alternativa correta.

(A) A sustentabilidade institucional deve concentrar-se na redução dos custos operacionais, independentemente dos impactos sociais e culturais das medidas adotadas.

(B) As ações sustentáveis devem priorizar exclusivamente a preservação ambiental, sendo facultativa a consideração de aspectos econômicos e organizacionais.

(C) Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar processos estruturados que promovam ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e inovadoras, pautadas na integridade.

(D) A sustentabilidade constitui diretriz aplicável exclusivamente às contratações públicas, não abrangendo a organização administrativa.

(E) A implementação de práticas sustentáveis depende de autorização individual do Conselho Nacional de Justiça para cada atividade.

2. (2026)

Durante a elaboração de um programa institucional de sustentabilidade, determinado tribunal decidiu estabelecer parâmetros para aquisição de equipamentos, consumo de materiais e destinação de resíduos. A equipe responsável deverá observar os critérios previstos no art. 2º, § 1º, da Resolução CNJ nº 400/2021. Nesse contexto, as ações ambientalmente corretas devem:

(A) buscar a redução dos impactos ambientais mediante redução do consumo, reaproveitamento, reciclagem, revisão dos padrões de consumo e análise do ciclo de vida dos produtos.

(B) privilegiar a aquisição de produtos novos, independentemente da possibilidade de reaproveitamento dos materiais existentes.

(C) concentrar-se na destinação final dos resíduos, dispensando medidas preventivas relacionadas ao consumo.

(D) estabelecer a substituição obrigatória de todos os materiais utilizados pelo órgão a cada exercício financeiro.

(E) limitar-se à realização de campanhas educativas, sem interferir nos procedimentos administrativos de aquisição.

3. (2026)

Uma unidade administrativa de determinado tribunal pretende implementar ações que promovam o bem-estar dos trabalhadores, a acessibilidade e a inclusão social. Durante a elaboração do projeto, surgiu discussão sobre a natureza dessas iniciativas no âmbito da política institucional de sustentabilidade. Considerando o art. 2º, § 3º, da Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2022)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

(A) foi o primeiro diploma a reconhecer o direito à comunicação, à informação e ao acesso às novas tecnologias.

(B) estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

(C) dispõe que todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

(D) tem um capítulo exclusivo para a defesa e proteção dos índios e das comunidades tradicionais.

(E) foi aprovada na IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, em 1948.

2. (FCC - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas e prevê que as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio

(A) gozarão da mesma proteção social.

(B) deverão gozar de um patamar mínimo de direitos, de acordo com o contexto nacional.

(C) adquirirão a nacionalidade de suas genitoras, quando não atenderem ao regramento nacional para aquisição de nacionalidade.

(D) têm direito a cuidados e assistência especiais. exceto para aquelas advindas de adoção simples.

(E) obterão a proteção estatal quando o poder familiar não decorrer do nascimento com vida.

3. (FCC - 2022)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda que, como diz o nome, proclame direitos, também estabelece **expressamente** que todos os seres humanos têm deveres para com

(A) o planeta terra, para garantir condições de sobrevivência às gerações futuras.

(B) a pátria, espaço privilegiado de exercício da igualdade, fraternidade e liberdade.

(C) o Estado, por meio do qual as pessoas humanas têm preservados seus direitos.

(D) os povos estrangeiros, participando de ações solidárias sempre que sua dignidade esteja ameaçada.

(E) a comunidade fora da qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade não é possível.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2022)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I. pluralismo político.

II. repúdio ao terrorismo e ao racismo.

III. erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

IV. independência nacional.

V. concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) **II, IV e V**.

(B) **I, III e V**.

(C) **II, III e V**.

(D) **I, III e IV**.

(E) **I, II e IV**.

2. (FCC - 2023)

Nos termos da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

(A) erradicar as desigualdades sociais e regionais.

(B) reduzir a pobreza e a marginalização.

(C) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.

(D) assegurar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

(E) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

3. (FCC - 2024)

De acordo com a Constituição Federal, o brasileiro naturalizado que invocar motivo de crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, recusando- se, também, a cumprir prestação alternativa, fixada em lei,

(A) poderá ser privado de direitos, pois, para isso, basta apenas que brasileiros ou estrangeiros invoquem crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, ainda que não se recusem a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(B) não poderá ser privado de direitos em nenhuma hipótese, pois é assegurada a brasileiros e estrangeiros residentes no Pais a liberdade de crença religiosa.

(C) poderá ser privado de direitos. pois invocou crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusou-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2022)

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

(A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.

(B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.

(C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.

(D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.

(E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

2. (FCC - 2022)

A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a obrigação de a Administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios respeitar o princípio da

(A) autotutela.

(B) hierarquia.

(C) moralidade.

(D) proporcionalidade.

(E) liberdade.

3. (FCC - 2024)

A impossibilidade de a Administração Pública rever um ato administrativo já praticado, por meio do qual concedeu regularmente a um particular determinado direito, tem fundamento nas normas constitucionais que, dentre os direitos e garantias fundamentais, estabeleceram a proteção ao

(A) direito adquirido e à impessoalidade.

(B) direito adquirido e à coisa julgada.

(C) direito adquirido e à propriedade privada.

(D) ato jurídico perfeito e à coisa julgada.

(E) ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2022)

As funções administrativas que envolvem, respectivamente, o estabelecimento da estrutura formal de autoridade e a análise da forma como a unidade de informação está operando são as de

(A) organização e comando.

(B) planejamento e controle.

(C) organização e controle.

(D) coordenação e comando.

(E) planejamento e coordenação.

2. (FCC - 2022)

Um dos principais teóricos do processo de mudança nas organizações, Kurt Lewin, preconiza que a mudança envolve três etapas, sendo a última delas denominada

(A) escalonização, na qual as novas práticas desejadas são introduzidas, porém sem, necessariamente, substituir todas as anteriores.

(B) descongelamento, onde se chega ao estágio em que as práticas arraigadas à organização são efetivamente eliminadas.

(C) espiral do conhecimento, quando a mudança é disseminada por toda a organização, culminando com sua internalização.

(D) escala gráfica, quando a mudança pode ser percebida e medida a partir de indicadores comportamentais.

(E) recongelamento, onde as novas ideias e práticas são incorporadas definitivamente como comportamento padronizado, sendo a etapa de estabilização da mudança.

3. (FCC - 2022)

Em uma rede social, Marcos publicou um comentário, afirmando que a Administração Pública deveria seguir todos os princípios da Administração Privada. Júlia respondeu ao seu comentário com três argumentos que diferenciam os dois tipos de administração. Os argumentos válidos publicados na resposta da Júlia encontram-se em:

(A) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço, já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo os interesses dos cidadãos são irrelevantes, ao contrário da empresa privada.

(B) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo há a intenção de servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2022)

Considerando a autonomia do Direito do Trabalho, no contexto dos ramos e disciplinas componentes do universo do Direito, em relação a suas fontes e seus princípios:

(A) As fontes formais heterogêneas do Direito do Trabalho, sob a perspectiva econômica, estão, regra geral, atadas à existência e evolução do sistema capitalista, advindo da Revolução Industrial, do século XVIII.

(B) Esse ramo jurídico especializado constitui-se das seguintes fontes materiais heterônomas: costumes; convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho.

(C) São consideradas fontes formais autônomas justrabalhistas os tratados e convenções internacionais favorecidos por ratificação e adesão internas e as sentenças normativas.

(D) O princípio do contrato-realidade determina que o operador jurídico, no exame das declarações volitivas, deve atentar mais ao envoltório formal do que à intenção dos agentes, porque a prática habitual não pode alterar o contrato pactuado.

(E) O princípio da norma mais favorável adquiriu respaldo constitucional na medida em que o artigo 7o, caput da Constituição Federal utilizou a expressão “além de outros que visem à melhoria de sua condição” ao elencar o rol dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

2. (FCC - 2023)

O princípio norteador do exercício do jus variandi pelo empregador, conforme disciplina a Consolidação das Leis do Trabalho é o

(A) do in dubio pro operario, desde que haja acordo mútuo entre empregado e empregador, sendo irrelevante o resultado de prejuízo ao trabalhador.

(B) da ausência de prejuízo ao empregado, independente de haver ou não mútuo consentimento.

(C) da primazia da realidade, não sendo relevante o resultado de prejuízo ao empregado.

(D) da condição mais benéfica ao trabalhador, não sendo condição essencial a concordância do empregado.

(E) do mútuo consentimento, aliado ao da ausência de prejuízo, quer direto, quer indireto ao empregado.

3. (FCC - 2022)

Considere as assertivas abaixo.

I. Ausência de subordinação.

II. Descontinuidade na prestação dos serviços.

III. Convocação prévia de trabalhadores por meio eficaz de comunicação.

IV. Período de inatividade considerado como tempo à disposição.

V. Silêncio como manifestação de vontade.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, encaixa-se como característica do contrato de trabalho intermitente o que está descrito **APENAS** em

(A) **I, III e IV**.

(B) **II, III e V**.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (FCC - 2024)

Estudantes de Direito estão aprendendo sobre a composição do Tribunal Superior do Trabalho e realizando um trabalho para entregar ao professor responsável na semana que vem. No referido trabalho deverá constar, dentre outras informações, que O Tribunal Superior do Trabalho é composto por

(A) vinte e cinco Ministros, nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, após aprovação pela maioria absoluta dos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(B) vinte e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(C) vinte é sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(D) vinte e sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

(E) vinte e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

2. (FCC - 2022)

Os Tribunais Regionais do Trabalho são tribunais especializados em questões de direito do trabalho. Estes estão distribuídos em regiões numeradas, totalizando

(A) 24 tribunais.

(B) 27 tribunais.

(C) 28 tribunais.

(D) 21 tribunais.

(E) 29 tribunais.

3. (FCC - 2022)

A Dra. Raquel é Juíza do Trabalho substituta no TRT, sendo que para seu ingresso na carreira, ela submeteu-se a concurso público de provas e títulos, sendo exigido que tivesse diploma de bacharel em direito e, no mínimo, **I** anos de atividade jurídica. Sua promoção para Juíza se fará alternadamente por antiguidade e merecimento, sendo que ela terá direito à promoção obrigatória se figurar por **II** vezes consecutivas ou **III** alternadas em lista de merecimento.

Conforme previsão na Constituição Federal de 1988, as lacunas **I, II e III** devem ser preenchidas, **correta** e respectivamente, por

(A) dois − três − cinco

(B) cinco − três − dois

(C) dois − cinco − três

(D) três − três − cinco

(E) três − dois − dois

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!